

XXIII Conferência Internacional de Lisboa

Sessão temática

Prioridades para a Acção Externa de Portugal

Defesa e Segurança

As grandes linhas estratégicas da política de defesa portuguesa – construindo uma Europa da defesa

Ana Gomes . Deputada ao Parlamento Europeu

A política de defesa da República Portuguesa deve, acima de tudo, responder de forma pragmática às ameaças que são correctamente identificadas na Estratégia Europeia de Segurança, de Dezembro de 2003: terrorismo, proliferação de armas de destruição maciça, conflitos regionais, Estados falhados, criminalidade organizada.

Como aponta a Estratégia, "são poucos ou nenhuns os problemas que temos capacidade para resolver sozinhos." Portugal deve então contribuir activamente para os esforços dos seus aliados, de ambos os lados do Atlântico, em *criar uma Europa segura num mundo melhor*. Através da Europa da Defesa, Portugal pode defender os seus interesses e contribuir ao mesmo tempo para a afirmação de uma União Europeia cada vez mais capaz de assumir as suas responsabilidades a nível global.

O debate sobre Portugal, a Europa e a Defesa tem estado ensombrado pelo receio da competição entre a União Europeia e a NATO o que é, até certo ponto, uma falsa questão. É verdade que existe uma área cinzenta entre os âmbitos de acção das duas organizações na área da gestão de crises. E existem ambiguidades e fricções na relação entre NATO e UE que devem certamente ser resolvidas. O auxílio à expansão da missão da União Africana (AMIS II) no Darfur (Sudão) serve como exemplo. Ambas as organizações queriam liderar o esforço de apoio financeiro, logístico, operacional e material à missão africana e foi necessário encontrar uma solução institucional engenhosa que acomodasse sensibilidades de parte a parte. No entanto, noutras missões *out of area* – como o Afeganistão (ISAF) e Ituri na República Democrática do Congo (Artémis) – rapidamente se clarificou quem tinha a vocação e a vontade necessárias.

A Aliança Atlântica é uma aliança puramente militar, enquanto a União Europeia está a adquirir capacidades militares de modo a dotar-se com mais essas ferramentas necessárias para uma acção externa eficaz e coerente – que também inclui políticas de desenvolvimento e de comércio comuns, ajuda humanitária e a Política Externa e de Segurança Comum (PESC), a qual vai muito para além da segurança e da defesa, compreendendo, por exemplo, a prevenção de conflitos. Nesse sentido, contribuir para uma Europa da Defesa no contexto da União Europeia significa participar num projecto político com inúmeras facetas, muito para além da “defesa” pura e simples: o que visa a segurança global.

Especialmente para países de escassos recursos, como Portugal, deve evitar-se a duplicação de esforços. As respectivas forças expedicionárias da NATO (NATO Response Force) e da União (Grupos de Intervenção Rápida ou Battlegroups) devem ser compatíveis. Devem também ser quanto antes eliminadas as tensões políticas em torno da partilha de informação entre as instituições, causadas pela inflexibilidade da Turquia em relação a Chipre, que podem vir a afectar seriamente o esforço de cooperação, aliás acelerado desde a assinatura dos acordos Berlim Plus em 2003. Finalmente, ao nível das capacidades, é fundamental garantir a compatibilidade entre os compromissos NATO (acordados em Praga em 2002) e o Plano de

Acção Europeu na mesma área. A criação da Agência Europeia de Defesa pela União Europeia em Julho de 2004 promete mais coerência e direcção estratégica nesta área e, presumivelmente, uma coordenação mais estreita com o Allied Command Transformation da NATO.

Independentemente das questões por resolver no domínio das relações institucionais entre NATO e UE e apesar das crises de identidade por que passam as duas organizações, é do interesse de Portugal contribuir para a modernização de ambas. A NATO continua a ser a pedra basilar do diálogo e da cooperação transatlânticos na área da defesa. A União Europeia faculta aos Estados Membros construir lenta, mas sistematicamente, autonomia estratégica e investir em capacidades que, isolada e descoordenadamente, nenhum Estado europeu pode financiar ou alcançar. A aliança com Washington tem tudo a ganhar com uma Europa mais responsável, capaz e integrada na área da defesa. Uma União empenhada no multilateralismo eficaz, na defesa dos princípios da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional e apta a honrar a “responsabilidade de proteger”, universalmente assumida na Cimeira de Chefes de Estados da ONU em Setembro de 2005, será uma mais-valia para todos os aliados e para a segurança global.

Não é claro, porém, que a análise das ameaças dos dois lados do Atlântico seja completamente coincidente, com consequências graves para os respectivos posicionamentos militares e estratégicos. O sentimento entre as opiniões públicas contra a intervenção no Iraque em 2003 foi estrutural, ao contrário das alianças conjunturais da “Coligação” que marchou sobre Bagdad e ali ainda se acha atolada.

Neste quadro, contribuir para a construção de uma União Europeia da Defesa, ao mesmo tempo que a NATO procura uma nova identidade, permitirá a um país com uma forte tradição atlanticista, como Portugal, aproveitar o melhor de dois mundos: por um lado, participar no diálogo transatlântico na área da defesa que continua a ser fundamental para o funcionamento do multilateralismo, para a identificação de novas ameaças e para a modernização das Forças Aliadas; por outro, e especialmente em momentos de passividade e/ou desentendimento dos EUA em relação aos interesses e aos objectivos globais da Europa, contribuir para a sua autonomia estratégica permite a Portugal influenciar a construção de uma União Europeia cada vez mais bem apetrechada para fazer face às ameaças do século XXI. Não se trata de construir uma autonomia estratégica contra os EUA, mas sim de ser capaz de agir sem os EUA, em caso de necessidade.

O aprofundamento do projecto europeu através da defesa pode mobilizar a opinião pública europeia à volta da União como poucos temas. De acordo com os dados do Eurobarómetro para a primeira metade de 2005, 67% dos Europeus apoia uma política externa comum, ao passo que 77% se pronunciam a favor de uma defesa comum. Apesar do sentimento de insegurança global por causas várias – em especial o terrorismo – não existe por parte dos cidadãos e dos governos europeus a vontade de aumentar os gastos com a Defesa para além dos cerca de 1.9%/PIB. A solução está então em gastar melhor, de forma mais racional e integrada. Tanto mais que os cidadãos esperam mais da Europa na paz e segurança globais, na prevenção de conflitos e na “responsabilidade de proteger”. Os europeus esperam da União que esta nunca mais permita uma Srebrenica e que não volte a ficar de braços cruzados perante genocídios como o ruandês.

Desenvolvimentos recentes parecem confirmar que esta vontade é partilhada pelos líderes dos Estados Membros. Com efeito, a criação da Agência Europeia de Defesa, o crescente interesse

dos Estados Membros da União em construir um mercado europeu de equipamento de defesa e de cooperar mais nos domínios da investigação, desenvolvimento, aquisição e manutenção de material de defesa, e a experiência operacional que a UE tem acumulado desde 2003 são apenas alguns sinais da aceleração do processo de integração europeia na área da defesa. Todos estes avanços tiveram lugar no seio da União. Importa que Portugal aproveite este dinamismo e, com ou sem Constituição Europeia, se junte à vanguarda da construção da União Europeia da Defesa.